
EDITORIAL

Nas palavras de abertura do ano académico do Instituto vem sendo tradição que o seu Director apresente de forma resumida, o balanço do ano que passou, indique algumas modificações relativas à programação do ano que se inicia, bem como reflecta sobre as orientações que, uma vez aprovadas, terão execução no futuro.

Para não me alongar demasiadamente, no que ao ano findo se refere direi apenas que, de uma maneira geral, se cumpriu a actividade académica programada – que muito e valiosa foi –, e, na inviabilidade, que se espera temporária, de ampliação da infraestrutura principal, se conseguiram algumas obras que permitiram, embora de forma deficiente, a criação de alguns serviços indispensáveis ao cumprimento da missão, se prosseguiu com a informatização em rede local estruturada, se dinamizou a secção editorial e o Departamento de Investigação, se deram passos para a resolução da situação do pessoal sem vínculo à função pública e para o completamento do quadro orgânico nos sectores mais carenciados.

Para o ano que começa o Plano de Actividades do IDN é ambicioso, porque, sem ambição, a acção das instituições tenderá a estiolar, o que se não pretende para o Instituto, dada a missão eminentemente nacional atribuída a esta casa.

(*) Excerto da alocução proferida pelo Vice-Almirante Fernando Manuel Palla Machado da Silva, Director do IDN, na cerimónia de Abertura Solene do Ano Académico 1995/96, presidida por Sua Excelência o Presidente da República.

Para o cumprimento desse plano de actividades o IDN conta, como sempre, com a pleiade de personalidades dos mais diversos quadrantes e sectores da vida nacional, que têm colaborado generosa, entusiástica e patrioticamente connosco, e está seguro da dedicação, entusiasmo e empenho de todos, militares e civis, que aqui laboram e contribuem para a prossecução de uma obra que visa «cumprir Portugal».

Para o ano académico que se inicia focarei apenas duas alterações introduzidas no Curso de Defesa Nacional:

A primeira, refere-se à concretização, depois de aprovada, a alteração da estrutura orgânica prevista para o CDN de Lisboa, a fim de:

- permitir e facilitar a frequência do curso por auditores do interior do país, para que a sensibilização para assuntos de Defesa não se confine aos grandes centros urbanos;*
- facilitar a realização de iniciativas do IDN no interior do país com o apoio de Auditores residentes em diferentes localidades;*
- permitir que os auditores possam manter em funcionamento os seus serviços, privados ou públicos, já que o curso é frequentado em acumulação;*
- permitir a frequência a muitos candidatos interessados, que acabavam por desistir por não lhes sobrar tempo para o desempenho das suas actividades;*
- permitir que, em simultâneo com o CDN, outros cursos previstos possam ser ministrados pelo Instituto.*

A segunda alteração, que muito gostosamente anuncio, refere-se à abertura da frequência do curso por auditores estrangeiros, o que se insere pela primeira vez na Directiva Ministerial.

Assim, no âmbito da cooperação com o IDN de Luanda, que se encontra em fase de organização com o nosso apoio, o CDN conta com a frequência de dois auditores angolanos. Oxalá esta iniciativa contribua para a criação de condições de tolerância e

solidariedade que levem ao rápido progresso naquele imenso e belo país.

Com vista ao futuro, permita-se-me que aflore dois assuntos: um, em fase de amadurecimento e em vias de ser apresentado à ponderação superior e outro, vindo do antecedente, ainda não satisfatoriamente resolvido mas sobre o qual se alimentam as mais fundadas esperanças, se não mesmo certezas, para muito proxima-mente entrar em execução.

O primeiro, que trará maior rendibilidade a esta casa está ligado a uma melhor adequação da sua missão – correctamente definida no Decreto Regulamentar 41/91 – aos interesses nacionais e ao Conceito Alargado de Defesa.

*Se, a missão do IDN prevê, entre outros objectivos, o **esclarecimento recíproco** e a valorização dos quadros das **Forças Armadas**, da Administração Pública, dos sectores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate dos grandes problemas nacionais e da conjuntura internacional, com incidência no domínio da defesa nacional;*

se, o Conceito Alargado de Defesa considera esta como uma actividade interdepartamental e interministerial;

e se, nas Forças Armadas já se reconhece imprescindível o conhecimento mútuo dos elementos dos 3 Ramos;

então, urge, segundo o nosso ponto de vista, que na formação superior de militares conste uma componente de Defesa ministrada em conjunto com os representantes – de todos os quadrantes de actividades – que frequentam os Cursos de Defesa Nacional.

Assim, a Defesa, encarada de forma sistémica, deixará de ser vista pela sociedade civil como uma actividade puramente militar; assim, o conveniente conhecimento mútuo dos dirigentes de amanhã será alcançado; assim, o indispensável esclarecimento recíproco será mais rapidamente conseguido.

O segundo assunto ou tema prende-se com a adequação da nossa missão ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional que, nas

orientações para as Estratégias Gerais, no plano da educação e Cultura, preconiza, nomeadamente:

«... promover acções visando um maior esclarecimento dos princípios que enformam a defesa nacional e dos valores a defender;

divulgar e difundir junto dos jovens e da população em geral o conhecimento e a história de Portugal, assim contribuindo para o reforço da identidade nacional e para a afirmação da especificidade portuguesa, num mundo cada vez mais interdependente».

Como escreveu Pessoa «quem não tem a consciência certa das raízes profundas do seu ser, isto é, do povo a que pertence de que outras coisas pode ter certeza ou noção»?

De facto, no âmbito da vida nacional, quer no campo do desenvolvimento económico-social, como na garantia da segurança ou no aprofundamento da democracia, é fundamental e determinante a participação consciente dos cidadãos, o que solicita que aos jovens seja proporcionada uma adequada formação cívica que garanta suficiente desenvolvimento de um «espírito cívico» ou «consciência cívica». Deste «espírito cívico» faz parte integrante o «espírito de defesa» ou «vontade de defesa» para o qual são essenciais os valores e a identidade nacional.

*Para tal e com base nas orientações acima citadas, o Instituto, a quem cabe a preparação de programas de acção para a finalidade indicada, tem de ter condições para **patrocinar** e dar continuidade aos Cursos de Formação para a Cidadania destinados a professores – actividade desencadeada a título experimental com excelentes resultados mas que por insuficiência de apoios teve de ser interrompida.*

Igualmente, há que criar – e os esforços ainda não foram totalmente coroados de êxito – um mecanismo que conjuntamente com o Ministério da Educação assegure:

-
- o ajustamento da «Disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social» e desta matéria inserida na Área Escola, por forma a garantir a inclusão dos elementos essenciais do «espírito de defesa»;
 - a elaboração de um Manual de Educação Cívica que contemple «o espírito de defesa», como elemento de apoio a professores.

Se este desiderato puder ser resolvido a contento, como se espera, o IDN dará um passo importante na concretização da sua missão, com resultados positivos para Portugal.

De facto, a Defesa Nacional não pode deixar de ser entendida como uma Paideia, cultivada a partir da escola, se não mesmo da Família.

São de mudança os tempos em que nos encontramos, com acelerações vertiginosas e com frequência, contraditórias, em vários domínios, com especial incidência nas relações internacionais.

Ao olharmos para o que se passa no mundo desde a queda do Muro de Berlim, quanta actualidade encontramos nos versos do poeta:

*«Corre sem vela e sem leme
o tempo desordenado
dum grande vento levado!»*

A nível nacional, há que elucidar os que ainda apregoam o fim dos conflitos e a inutilidade da defesa.

A defesa nacional depende, antes de tudo e acima de tudo, da vontade colectiva da nação para a exercer.

Vontade nacional traduz-se em coesão nacional. É, pois, essa coesão o elemento básico a desenvolver e a acautelar no âmbito das actividades políticas, económicas, sócio-culturais, ambientais e militares, se queremos de facto, promover a defesa nacional e, com ela, a segurança da Nação.